



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro**

### **Ata 2025/4**

**Reunião Ordinária de 25 de setembro de 2025**

**Local de realização: Sede da Junta de Freguesia, em Sande**



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro VERSÃO PARA DIVULGAÇÃO PÚBLICA**

Esta ata foi editada para efeitos de divulgação pública, nos termos do **Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD)** e da **Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto**, que asseguram a proteção de dados pessoais.

Foram suprimidos ou anonimizados dados pessoais e informações não relevantes para efeitos de transparência administrativa.

A **versão integral da ata**, devidamente assinada, encontra-se arquivada nos serviços da Junta de Freguesia, **tendo as assinaturas sido omitidas na presente versão pública**, podendo a original ser consultada com acesso restrito, nos termos legais.

Sande e São Lourenço do Douro, 25 de setembro de 2025

---

*(Documento elaborado nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alíneas a) e c) do RGPD – princípios da transparência e da minimização dos dados.)*



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro**

### **Ata 2025/4**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nos termos do n.º 1, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão Ordinária, a Assembleia de Autarquia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro, na Sede da Junta de Freguesia, em Sande, presidida pela Presidente da Assembleia, Sónia Isabel Da Silva Pereira, com as presenças dos Segundo Secretário Bernardo Manuel Aguiar Vieira De Andrade e dos Membros Ana Maria Nunes Florim, Ricardo André Ribeiro Moreira, Maria Beatriz Azevedo Couto e João Pedro Pinto Correia. Estiveram ausentes, com faltas Justificadas os Membros António José Plácido Carvalho e António Manuel Carvalho Almeida e, com falta injustificada, o Segundo Secretário Luís Sérgio da Silva Brás.

O plenário contou ainda com a comparência do executivo da junta de freguesia, nomeadamente o Presidente, Vítor Manuel da Silva Pereira, do secretário Pedro Daniel Cardoso de Andrade e tesoureira Sandra Patrícia Brandão Pereira.

Antes do início da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia, informou os presentes que esta sessão seria gravada, em áudio, para efeitos de elaboração de ata.

O Presidente da Junta pediu para intervir antes do início dos trabalhos para expressar o seu profundo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Assembleia de Freguesia e por todos os seus membros ao longo do último mandato. Salientou o empenho, a dedicação e o espírito de colaboração demonstrados, que foram fundamentais para o progresso e o bem-estar da nossa comunidade. Manifestou, em particular, o seu apreço pelo trabalho da Deputada Beatriz Couto, cujo contributo se destacou pela grande relevância, coerência e constante preocupação com o interesse coletivo da freguesia. Referiu que a sua atuação foi exemplar, pautada pelo compromisso com a transparência, a justiça e a promoção do bem-estar de todos os fregueses. O Presidente da Junta concluiu sublinhando que a cooperação entre a Junta e a Assembleia tem sido crucial para alcançar os objetivos comuns e reiterou a sua gratidão a todos os envolvidos pelo esforço e dedicação demonstrados, desejando que este espírito de colaboração continue a guiar os trabalhos futuros em prol da freguesia.

Houve ainda uma intervenção da Deputada Beatriz Couto, que se encontra em anexo, na qual se despediu e realizou um balanço do seu mandato, assinalando os principais desafios e conquistas. Destacou o trabalho desenvolvido em colaboração com a Assembleia e a Junta, reforçando o seu compromisso com o bem-estar da freguesia, sendo esta a sua última participação nesta Assembleia.

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Interveio o deputado André Moreira, que iniciou a sua intervenção felicitando o Executivo pela construção do Parque Infantil, reconhecendo que se trata de um projeto à muito aguardado pela população. No entanto, manifestou algumas reservas relativamente à localização escolhida, considerando que o espaço apresenta pouca visibilidade e se encontra demasiado recatado. Referiu ainda que se perdeu uma oportunidade importante aquando da possível aquisição de terrenos próximos da Junta de Freguesia, os quais teriam permitido outras opções para futuras construções de interesse público. Nesse âmbito, questionou também a propriedade do terreno onde foi instalado o parque, sublinhando a necessidade de clarificação, de forma a garantir a segurança legal da obra e evitar possíveis constrangimentos futuros.

Relativamente ao projeto de Vimieiro, o deputado recordou que este havia sido uma promessa eleitoral feita há quatro anos e que, até à presente data, permanece por concretizar. Mencionou que, em Assembleia de 2023, foi anunciado que o projeto seria lançado em setembro desse mesmo ano, o que não veio a acontecer. Questionou igualmente se a verba atribuída pela Câmara Municipal do Marco de Canaveses (CMMC) — entre os 28.000 e os 30.000 euros — já foi transferida para a Junta de Freguesia. Solicitou esclarecimentos quanto ao gabinete escolhido para a elaboração do projeto e quais os critérios que presidiram à sua seleção. Manifestou ainda preocupação quanto ao valor atribuído ao projeto, considerando os 30.000 euros excessivos face ao custo estimado da obra. Defendeu, por fim, a importância de ser promovida uma consulta pública antes da definição final do projeto.



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro**

### **Ata 2025/4**

No que respeita às obras estruturais na freguesia, o deputado referiu a situação das instalações do ringue, lamentando a ausência de progressos desde março de 2024, apesar da existência de um projeto inicial. Abordou igualmente a questão do Largo de Laurentim, apontando promessas não cumpridas e a falta de avanços visíveis na sua requalificação.

Foi também colocado em cima da mesa o tema de um processo em tribunal entre o Executivo da Junta e uma funcionária. O deputado solicitou um esclarecimento oficial por parte do Executivo sobre o ponto de situação do referido processo, com o objetivo de evitar rumores e especulações infundadas.

Em matéria de fiscalização de obras, o deputado chamou a atenção para a má qualidade verificada em diversas intervenções na freguesia, nomeadamente em calçadas, criticando a ausência de uma fiscalização eficaz por parte das entidades competentes. No domínio da ética, o deputado sublinhou a importância de distinguir claramente entre “servir a Junta” e “servir-se da Junta”. Referiu situações em que empresários com ligações à Junta de Freguesia têm contratos diretos com a CMMC, o que, no seu entender, poderá configurar potenciais conflitos de interesse e carece de esclarecimento.

Por fim, abordou a recente apresentação de candidatura do movimento ‘Marco em Primeiro’, criticando o uso das câmaras de videovigilância durante a apresentação da candidatura, classificando tal ato como um desrespeito. Referiu ainda um episódio ocorrido noutra ação de campanha do mesmo movimento, em que o deputado terá sido repreendido pelo uso indevido de um banco de jardim, considerando o episódio desnecessário.

Nas suas considerações finais, o deputado apelou ao respeito institucional nas Assembleias de Freguesia, rejeitando a utilização de comentários depreciativos por parte do Sr. Presidente da Junta nas sessões anteriores. Reforçou a ideia de que todos os membros eleitos trabalham em prol da freguesia e, como tal, devem ser tratados com dignidade e respeito.

O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar esclarecimentos relativamente a diversos assuntos abordados, iniciando pela questão do fornecimento de energia elétrica para um evento. Explicou que os encargos com a eletricidade do edifício da sede e da Junta de Sande são suportados pela CMMC, pelo que não é possível garantir a cedência da mesma para eventos externos. Informou ainda que, à data, sugeriu ao Senhor Deputado que contactasse diretamente o Município com esse pedido, tendo este referido que analisaria a melhor solução e, caso necessário, disponibilizaria um gerador.

Relativamente aos terrenos onde está a ser instalado o parque infantil, o Presidente esclareceu que, como é do conhecimento geral, quando existe uma linha de água entre dois terrenos, uma margem pertence a um proprietário e a outra margem a outro. A Junta, por precaução, procedeu à consulta dos registos prediais e também contactou diretamente o Dr. Costa, proprietário da outra margem do ribeiro em causa, o qual afirmou não ter qualquer objeção à intervenção, permitindo à Junta de Freguesia avançar com o projeto. Assim, a Junta sente-se segura quanto à legitimidade da intervenção efetuada. O Presidente acrescentou que, se alguém entender que a propriedade do terreno não pertence às duas partes envolvidas, mas sim a um terceiro, existem os tribunais competentes para dirimir essa questão. Sobre a observação feita relativamente à adequação do local escolhido para o parque infantil, o Presidente registou que esta é a primeira vez que recebe um reparo quanto à localização, considerando que, no entendimento da Junta, o espaço é adequado.

No que respeita ao projeto do Vimieiro, o Presidente informou que o mesmo sofreu um atraso em virtude de uma denúncia anónima apresentada à Polícia Judiciária em 2023, relacionada com a alegada utilização de meios da Junta de Freguesia em terrenos privados. Ressaltou, no entanto, que o projeto está em andamento, trata-se de uma intervenção de grande envergadura, envolvendo várias entidades, não sendo um projeto comum.

Aproveitou ainda para informar que a situação do Laurentim não foi esquecida, encontrando-se também em desenvolvimento. Está neste momento a ser feito o destaque do terreno, uma vez que uma parte foi cedida e outra não. O projeto está elaborado, mas aguarda a regularização das questões legais de propriedade para poder avançar com a sua execução. Esclareceu também que nunca esteve presencialmente com os proprietários do terreno, tendo todos os contactos decorrido à distância, por via online.

No que se refere ao caso judicial com a funcionária Tânia Leitão, presente na assembleia, o Senhor Presidente aproveitou para lhe dirigir diretamente a questão sobre se teria sido despedida. A funcionária respondeu que "o



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro**

### **Ata 2025/4**

Senhor Presidente é que sabia". O Presidente afirmou não ter conhecimento de qualquer despedimento e que a funcionária se encontra atualmente de baixa médica. O Presidente solicitou ainda esclarecimentos ao Senhor Deputado sobre alegadas incoerências nas suas declarações. Recordou que, na última assembleia, o Deputado afirmou ter falado com a referida funcionária quinze dias antes da assembleia de junho de 2025, mas mais tarde declarou não ter conhecimento da situação, levantando agora questões sobre um possível despedimento. O Presidente frisou que, segundo o seu conhecimento, decorre um processo em tribunal relacionado com esta matéria e que não pode ultrapassar a autoridade judicial, devendo aguardar-se pela respetiva decisão. Informou que no dia 03/07 deu entrada uma providência cautelar em tribunal, não tendo ainda sido proferida sentença do recurso apresentado pela funcionária. Voltaram a tribunal duas semanas antes, estando a decisão pendente, decisão essa se o Ministério Público mantém ou não a acusação e se o processo segue ou não para julgamento. Reforçou que, até ao momento, é arguido e não condenado, pelo que não devem ser feitas acusações precipitadas quanto a uma eventual perda de mandato.

Quanto às garantias das obras realizadas, o Presidente esclareceu que as mesmas têm um prazo de garantia de cinco anos, durante os quais podem ser reclamadas e reparadas. Confirmou que as devidas comunicações e reclamações já foram efetuadas, colocando-se à disposição para apresentar os registos correspondentes.

Por fim, sobre as alegações do Senhor Deputado acerca de um alegado aproveitamento por parte do executivo para beneficiar a CMMC, o Presidente solicitou à Mesa a cedência da palavra ao Vice-Presidente, Senhor Pedro Daniel. Este esclareceu que a empresa OTS, da qual é proprietário, não está legalmente habilitada a concorrer a qualquer obra promovida pela CMMC, como o Senhor Deputado deverá saber. Informou ainda que a empresa presta, sim, serviços à Companhia da Água do Marco, cujo único acionista é a empresa privada INDAQUA, sem qualquer ligação a entidades públicas.

O Deputado André Moreira tomou novamente a palavra para questionar o Executivo sobre quem vendeu o cubo para a Rua do Pedregal.

O Sr. Presidente respondeu que o deputado demonstrava desconhecimento quanto à designação correta da obra, esclarecendo que se trata do Caminho do Pedregal e não da Rua. Acrescentou que a obra foi objeto de concurso público e questionou o deputado sobre se pretende ver a Junta e a freguesia a evoluir ou estagnadas.

No que respeita ao projeto do Ringue, o Presidente da Junta explicou que tem total interesse em desenvolver o assunto no âmbito da Junta, apresentando um projeto e dando seguimento aos trâmites necessários. Referiu que o ringue se encontra atualmente sob responsabilidade de uma associação, tal como é sabido, sendo necessário primeiro passar para a tutela da Junta para que o projeto definitivo possa ser apresentado. Acrescentou que a documentação necessária está a ser preparada. O Presidente esclareceu ainda que a sede da Junta de São Lourenço do Douro funcionou durante anos em condições irregulares, situação desconhecida pelo Executivo. Explicou que os problemas estiveram relacionados com a titularidade do edifício, pertencente à CMMC, e com a ausência de um contrato de comodato, situação que só foi regularizada há cerca de dois anos, permitindo o pleno funcionamento da sede. Reconheceu que, apesar do trabalho realizado nos quatro anos de mandato, ainda existem desafios por concluir.

O Deputado André Moreira voltou a intervir, esclarecendo que o Presidente não tinha dito a verdade sobre o assunto da eletricidade aquando da apresentação da sua candidatura. Explicou que enviou e-mail à Junta solicitando apenas o espaço, sem mencionar eletricidade, e que posteriormente contactou o Presidente por telefone, tendo sido informado de que quem paga a eletricidade é a CMMC, não a Junta. Manifestou a sua indignação, defendendo que, como candidato à Junta, deveria ter tido acesso à eletricidade, independentemente de quem a paga, e que o sucedido se tratou de um erro do Presidente.

Sobre o projeto de Vimeiro, afirmou que o Presidente não ouviu a população antes da implementação do projeto. Referiu que, em países como Alemanha e Suíça, grandes obras públicas são precedidas de consulta ou referendo local, defendendo que tal deveria ser feito também na freguesia.

Antes de concluir, o Deputado André Moreira agradeceu a todos os intervenientes da assembleia ao longo dos quatro anos de mandato — à mesa, ao Executivo e aos deputados da bancada 'Mais Pelas Pessoas' — salientando



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro**

### **Ata 2025/4**

que sempre procurou contribuir para o desenvolvimento da freguesia e que todos partilham o mesmo objetivo de não a deixar regredir. Solicitou apenas que o Executivo forneça respostas com mais clareza.

O Presidente da Junta de Freguesia pediu novamente a palavra para dois reparos: Quanto ao tema da eletricidade, afirmou acreditar que não se tratou de uma questão política, embora tenha sido referida dessa forma durante a apresentação; Quanto ao assunto do banco, esclareceu que não fazia sentido utilizar um banco de jardim como apoio aos festejos da apresentação de candidatura.

A Presidente da Mesa interveio, considerando que os temas não tinham relevância para a freguesia, interrompendo a discussão e dando seguimento à sessão.

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

Presente a Ordem de Trabalhos foram tomadas as seguintes resoluções acerca dos assuntos dela constantes.

#### **(01) PONTO UM DA ORDEM DO DIA:**

Interveio o deputado André Moreira, referindo que havia partes que no seu entendimento, na redação da ata poderá dar a entender que o Sr. Deputado André Moreira fez referência à existência de um caminho público, esclarecendo que o mesmo apenas mencionou a existência de um acesso ao Pesqueiro da praia de Vimieiro, não tendo feito referência à existência de um caminho público. Saliu ainda, que relativamente ao assunto debatido em assembleia anterior com um membro do público, a forma como foi redigida a ata, poderia dar a entender que o assunto debatido não se tinha passado em sessão própria. O deputado aproveitou ainda para fazer um reparo quanto a alguns "apartes" no decorrer das suas intervenções que não constavam em ata e considera não serem apropriados ao espaço deliberativo.

Foi feita a revisão dos pontos anteriormente identificados, tendo a Ata 2025/3 ajustada.

Passou-se para votação, tendo sido aprovada por Maioria, com 3 votos a favor da bancada do PS e uma abstenção da bancada da Coligação "Mais Pelas pessoas".

#### **(02) PONTO DOIS DA ORDEM DO DIA:**

Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente de Junta sobre a Atividade da Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro.

Tomou a palavra o Sr. Presidente de Junta, esclarecendo que deveria ler-se no documento Rua de Salgueirinhos e não Rua de Salgueiros. Aproveitou ainda para acrescentar a pavimentação em cubo na Rua de Vimieiro, que por lapso, não havia sido incluída no documento.

O deputado André Moreira tomou a palavra para fazer um reparo ao executivo, pois no seu entendimento era de importância, reconhecer que existiram dois benfeitores que participaram com 3.000€ (Três mil euros) as obras no Caminho do Pedregal.

Tomou a palavra o Sr. Presidente de Junta, confirmando esta contribuição, enaltecendo nas suas pessoas o Sr. Manuel e a Dr<sup>a</sup>. Emília, ambos com uma contribuição de 3.000€ (Três mil euros). Informou ainda que a Junta de Freguesia participou com a caixa e muro, a mão de obra foi paga pela verba dos referidos benfeitores e os cubos fornecidos pela CMMC.

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

Inscreeu-se a Sra. Tânia Patricia Ferreira Leitão com morada na Rua de São Lourenço 2275 R/C Esq - 4625-529 Sande e São Lourenço do Douro, solicitando esclarecimento quanto ao proferido pelo Sr. Presidente da Junta, aquando da explicação prestada, referindo não ter percebido se, nessa ocasião, havia sido dito que o Sr. Presidente tinha falado com a Senhora Tânia Leitão há quinze dias ou se tinha estado com ela nesse período.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta para esclarecer que, ao referir "ter estado com ela há quinze dias", não se tratava de uma situação pessoal sua, mas sim de uma referência feita na reunião da Assembleia de junho, na qual o Sr. Deputado André Moreira mencionara ter falado com a Senhora Tânia Leitão quinze dias antes.



## Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro Ata 2025/4

### ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, a Excelentíssima Presidente do Assembleia declarou encerrada a reunião pelas vinte e três horas.

Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

Sande e S. Lourenço Do Douro, 25 de setembro de 2025  
Os Membros da Assembleia,  
A Presidente da Assembleia,

---

(Sónia Isabel Da Silva Pereira)

O Segundo Secretario,

---

(Bernardo Manuel Aguiar Vieira De Andrade)

A Membro,

---

(Ana Maria Nunes Florim)

O Membro,

---

(Ricardo André Ribeiro Moreira)

A Membro,

---

(Maria Beatriz Azevedo Couto)



## **Assembleia de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro**

### **Ata 2025/4**

O Membro,

---

(João Pedro Pinto Correia)

## ANEXO I - DECLARAÇÃO DA DEPUTADA BEATRIZ COUTO

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Junta,

Caros membros do Executivo,

Caros colegas Deputados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Hoje, naquela que é a minha última Assembleia como deputada, não podia deixar de fazer uma reflexão sobre estes quatro anos. Falo enquanto deputada, mas também enquanto cidadã, com o desejo de que os próximos quatro anos sejam de continuidade no bom trabalho e de abertura a novos desafios.

Quando fui eleita, defini para mim própria que iria manter os valores que aprendi ao longo da vida, inspirada em quem me transmitiu o gosto pela política e me serviu de exemplo. Desde o primeiro dia procurei atuar com responsabilidade, valorizando o que foi feito de positivo e apresentando propostas construtivas. Nunca me movi pela crítica fácil, mas sim pela vontade de acrescentar algo à vida de todos os que vivem em Sande e São Lourenço do Douro. Sempre disse que não me vejo como política; vejo-me apenas como alguém que quis contribuir, dentro das suas possibilidades, para a sua terra.

Esta será sempre a terra onde nasci, cresci e para onde volto com aqueles que mais gosto. A nossa freguesia tem um enorme potencial, não só pelas paisagens e território, mas sobretudo pelas pessoas. Com diferentes formações, experiências, percursos e objetivos, acredito que todas são importantes e devem sentir que têm lugar nesta Assembleia.

A Assembleia deve ser o principal palco de debate e de decisão. Para isso, precisa de ser gerida com imparcialidade e rigor, permitindo a participação ativa de todos. Não posso deixar de voltar a referir a minha opinião, já conhecida, sobre as datas escolhidas para as Assembleias. Ainda assim, é bom ver hoje a nossa Assembleia com maior participação e espero que assim continue.

A nossa terra está melhor, disso ninguém tem dúvidas! O Mercado de Natal tem sido uma iniciativa de grande impacto. As várias obras realizadas trouxeram melhorias

visíveis. O Refúgio dos Sábios merece um destaque especial pelo contributo que tem dado à qualidade de vida da nossa população. E mais poderia mencionar.

Mas também há desafios por cumprir. Os jovens e as crianças continuam a precisar de mais oportunidades. Não falo apenas de grandes infraestruturas, mas também de espaços de divulgação de talentos, de apoio a projetos e de estímulos para o seu crescimento. Foi um orgulho ver a atribuição de bolsas a estudantes universitários, que hoje é um apoio real às famílias.

Em contrapartida, não posso deixar de lamentar que a proposta de cultura aprovada em Assembleia não tenha sido executada. Seria uma oportunidade relevante, como mostram algumas freguesias vizinhas que avançaram com parcerias importantes.

Defendo que a política só tem sentido quando escutamos diferentes perspetivas e nos unimos com o objetivo de servir. Não deve haver espaço para ataques anónimos ou discussões estéreis que nada acrescentam. Tenho a convicção de que Executivo, Mesa e Deputados partilham este mesmo princípio: o de procurar o melhor para Sande e São Lourenço do Douro. E, por isso, reforço: A nossa terra está melhor, disso ninguém tem dúvidas! Parabéns a todos os intervenientes.

Continuarei disponível e empenhada em participar ativamente na vida da nossa freguesia. Desejo que esta Assembleia continue a crescer como espaço plural, justo e verdadeiramente dedicado ao bem comum.

Muito obrigada.